

IESS

INSTITUTO DE ESTUDOS
DE SAÚDE SUPLEMENTAR

Conjuntura - Saúde Suplementar

25ª Edição - Setembro de 2014

SUMÁRIO

Conjuntura - Saúde Suplementar

Seção Especial	3
Nível de Atividade	6
Emprego	7
Emprego direto em planos de saúde	8
Renda	8
Consumo	9
Inflação	10
Câmbio	11
Mercado de Juros e Crédito	11
Síntese do Cenário Macroeconômico	12

Seção Especial

O Setor Industrial e a Saúde Suplementar

O SETOR DE SAÚDE SUPLEMENTAR

A contratação de plano de saúde cresce atualmente principalmente por meio das empresas que contratam esse benefício para os empregados. Em Jun/14, os planos coletivos cresceram 4,5% em relação aos 12 meses anteriores contra 2,7% dos individuais, na mesma comparação. No entanto o desempenho mais fraco da economia, com impacto sobre o mercado de trabalho pode levar à desaceleração do crescimento. Além disso, as expectativas do consumidor geradas pelo ambiente econômico e político apresentam importante impacto sobre o setor de Saúde Suplementar.

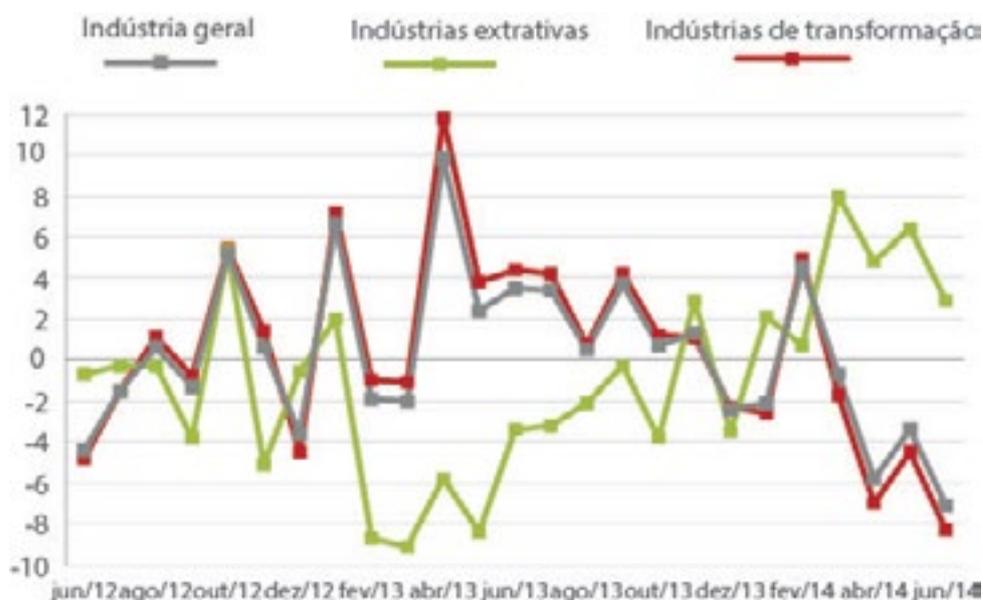
O desempenho negativo recente da economia tem apontado o setor industrial como o principal afetado. E esse é um setor importante para a saúde suplementar porque, em levantamento realizado pela Agência nacional de

Saúde Suplementar (ANS) para 2010, esse setor era responsável por 25,1% dos beneficiários de planos coletivos, o que representava 6,9 milhões de beneficiários.

No 2ºTri/14, a produção do setor Industrial apresentou a quarta variação trimestral negativa seguida, de acordo com Contas Nacionais Trimestrais (IBGE). Foi a maior queda, nessa comparação, em relação ao desempenho da Agricultura e de Serviços (-1,5% contra 0,2% e -0,5%, respectivamente).

Já a Pesquisa Industrial Mensal Produção Física (PIM/IBGE) aponta que a produção física da Indústria Geral acompanha o desempenho negativo da Indústria de transformação, sua principal componente. Em Jun/14, a produção física da indústria de transformação apresentou decréscimo de 8,3%, enquanto a indústria extrativa cresceu 2,9%, resultando em um decréscimo da indústria geral de -7,1% (Gráfico 1).

GRÁFICO 1: PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR ATIVIDADES INDUSTRIAIS, 2012 A 2014.



NOTAS DE RODAPÉ:

¹ A Conta Satélite de Saúde com dados referentes a 2007-2009 é a mais recente divulgada pelo IBGE.

Essa queda na produção tem se refletido no mercado de trabalho do setor industrial. De acordo com o CAGED, a indústria tem apresentado saldo negativo de criação de empregos formais desde abril de 2014, fechando jun/14 com -27.596. No segundo trimestre de 2014 o saldo negativo desse setor totalizou -54.187. A Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES/IBGE), aponta que em junho de 2014, o total a indústria apresentou o terceiro

resultado negativo consecutivo para pessoal ocupado assalariado: queda de 0,5% frente a maio, na série livre de influências sazonais. Na comparação com igual mês do ano anterior, o emprego industrial mostrou queda de 3,1% em junho de 2014, trigésimo terceiro resultado negativo consecutivo nesse tipo de confronto e o maior desde novembro de 2009 (-3,7%), ano mais agudo da crise internacional (Gráfico 2).

GRÁFICO 2: VARIAÇÃO DO PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA POR ATIVIDADE INDUSTRIAL, 2012 - 2014.



Fonte: RAIS/MTE.

A indústria de transformação, importante componente da indústria geral, possui 23,0% dos beneficiários dos planos coletivos e 97,0% dos beneficiários da Indústria total. Mesmo diante desse cenário da indústria, o impacto na saúde suplementar tende a não ser tão negativo devido a diversos fatores, com destaque para:

1. O crescimento da contratação de planos coletivos tem sido superior ao crescimento de empregos formais.

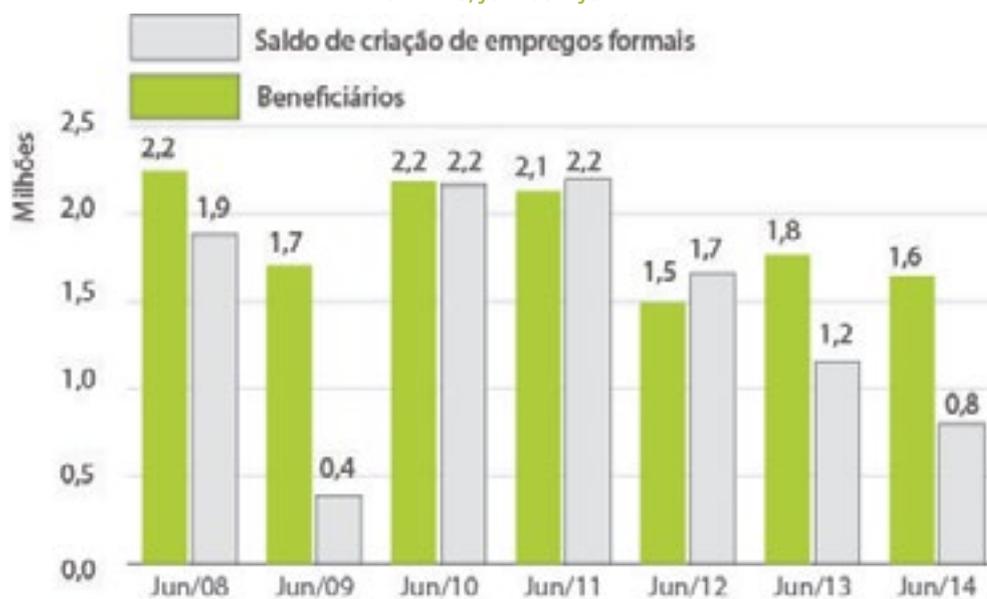
No período de 12 meses encerrados em junho de 2014, o número de beneficiários em planos coletivos aumentou em 1,6 milhões (Gráfico 3). Nessa mesma comparação, a criação líquida de empregos formais foi de 798,5 mil novos postos de trabalho. De 2008 a 2014, considerando a comparação de 12 meses anteriores a junho de cada ano, o aumento absoluto do número de beneficiários foi superior ao aumento da criação líquida de empregos em 5 dos 7 anos.

Esse desempenho superior dos planos coletivos em relação ao mercado de trabalho não

quer dizer que a saúde suplementar evoluiu descolada da economia. Mas pode indicar que, mesmo com a desaceleração do mercado de trabalho, ainda existiam empresas que não

ofereciam o benefício de plano de saúde a seus empregados e têm passado a oferece-lo.

GRÁFICO 3: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS E DO SALDO DE CRIAÇÃO DE EMPREGOS FORMAIS, JUN/08 A JUN/14.



2. O setor de Serviços é o que possui a maior proporção de beneficiários de planos coletivos.

De acordo com o levantamento realizado pela ANS em 2011, enquanto a Indústria possui 25,1% dos beneficiários, o setor de serviços detém 54,8% (Tabela 1). Essa proporção é razoável na medida em que o setor de Serviços representa 68,9% do PIB brasileiro (2ºTri/2014) e 69,2% do saldo líquido de criação de empregos formais no 2º Tri/14.

O aumento da importância do setor de serviços para a economia brasileira tem se refletido no setor de saúde suplementar, com grande participação desse setor na contratação de planos coletivos.

SETOR DA ECONOMIA	BENEFICIÁRIOS	PROPORÇÃO %
INDÚSTRIA	6.925.462	25,1
INDÚSTRIA EXTRATIVA	210.426	0,8
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	6.715.036	24,3
SERVIÇOS	15.109.619	54,8
COMÉRCIO	4.201.514	15,2
CONSTRUÇÃO CIVIL	1.177.555	4,3
AGROPECUÁRIA	180.873	0,7

Fonte: Caderno ANS, Março/2011.

Com a desaceleração da economia brasileira em períodos recentes, a indústria tem apresentado consecutivos resultados negativos. No entanto, o impacto desses resultados sobre o setor de saúde suplementar deve ser analisado com as devidas ressalvas, dado que diversos outros fatores impactam a saúde suplementar ao mesmo tempo, como o desempenho dos demais setores, como Serviços, inflação médica, carga tributária, entre outros.

TABELA 1: BENEFICIÁRIOS DE PLANOS COLETIVOS POR SETOR DA EMPRESA CONTRATANTE.

NÍVEL DE ATIVIDADE

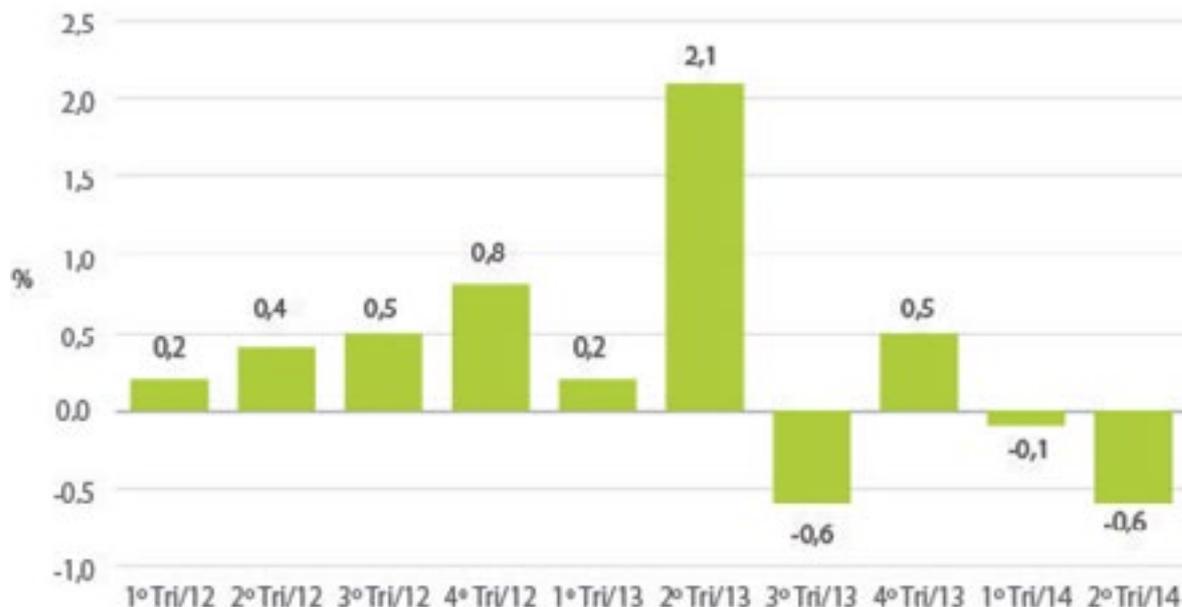
No 2º tri/2014, o PIB caiu 0,9% em relação ao mesmo período de 2013 (12 meses). Na comparação trimestral, o produto apresentou a segunda queda seguida: -0,6% em relação ao 1º tri/14, quando havia diminuído 0,1% em relação ao último trimestre de 2013. O desempenho negativo no 2º trimestre de 2014 foi mais acentuado no setor da Indústria, que caiu 1,5%, sendo esse o 4º índice negativo seguido desse setor. Serviços também apresentou decréscimo (-0,5) e apenas a Agricultura cresceu nesse trimestre (0,2%).

O desempenho negativo da Indústria é destacado na indústria de Transformação que também apresentou decréscimo nos últimos 4 trimestres, sendo o maior o do 2º tri/14

(-2,4%). Dentre os demais subsetores que formam a Indústria, apenas a Extrativa mineral registrou expansão: 3,2%. Construção civil (-2,9%) e Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (-1,0%) apresentaram queda em relação ao trimestre anterior.

Pelo lado da demanda, o consumo das famílias foi o único componente a apresentar contribuição positiva, com avanço de 0,3% no 2º tri/14 em relação ao trimestre anterior. Enquanto o consumo do governo recuou 0,7%, primeiro resultado negativo desde o primeiro trimestre de 2013. A formação bruta de capital fixo (FBCF) caiu pela quarta vez consecutiva (-5,3%). Com isso, a taxa de investimentos passou de 17,7% no 1º tri/14 para 16,5% no 2º tri/14, a mais baixa desde o 4º tri/06.

GRÁFICO 4: VARIAÇÃO TRIMESTRAL DO PIB, 1º TRI/12 A 2º TRI/14.



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais/IBGE.

EMPREGO

A taxa de desemprego calculada pela Pesquisa Mensal do Emprego (PME) nas seis regiões metropolitanas abrangidas pelo IBGE atingiu 4,9% em abril de 2014 (5,8% no mesmo mês de 2013). A contínua queda na taxa de desemprego está relacionada à queda na PEA (-0,9% entre abr/14 e abr/13) e a estabilidade no número de pessoas ocupadas (0,1%). A queda do número de desocupados em 17,0% em 12 meses pode ter sido influenciada tanto pelo crescimento da PNEA (pessoas que não podem ou não querem trabalhar) de 4,02% quanto da criação de empregos no período.

A economia do país gerou, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), um saldo líquido de 240,2 mil (Gráfico 5) postos formais de trabalho no 2º tri/14 (queda de 54,3% em relação ao mesmo período de 2013), dos quais 171,6 mil no setor de serviços, 104,5 mil na Agricultura, 20,6 mil no Comércio e 2,3 mil na Construção Civil (Tabela 2). O resultado líquido da Indústria foi de

demissões (54,2 mil demissões).

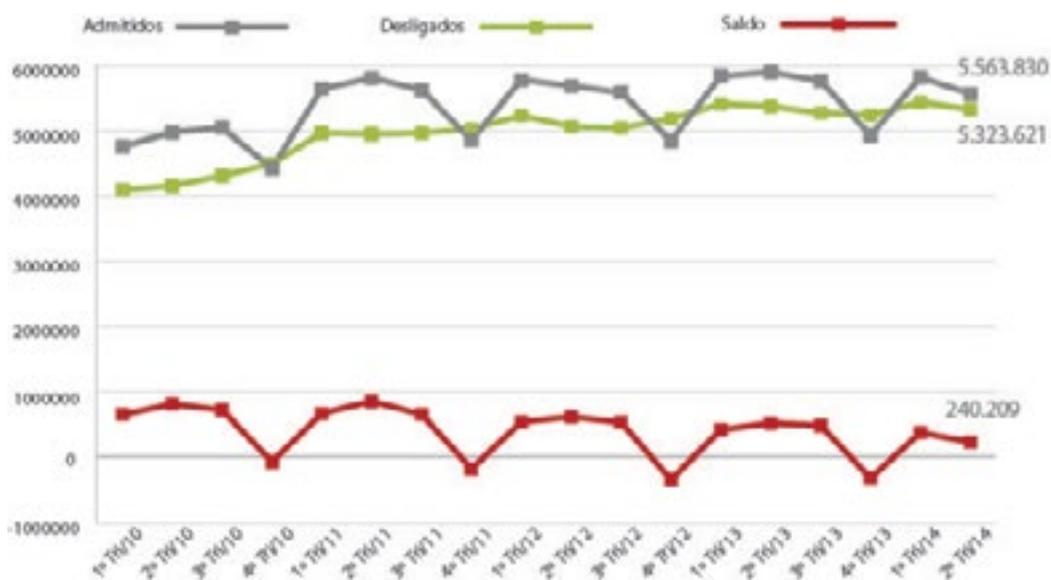
O setor com maior saldo foi Serviços, com 171,6 mil novos postos formais, que, no entanto, representa uma queda de 11,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. A indústria foi o único setor que mais demitiu do que admitiu, gerando um saldo negativo de 54,2 mil.

TABELA 2: SALDO DE CRIAÇÃO DE EMPREGO E VARIAÇÃO DO SALDO EM 12 MESES POR SETOR ECONÔMICO, 2º TRI/14.

SETORES	SALDO	VARIAÇÃO EM 12 MESES %
INDÚSTRIA	-54.187	-165
CONSTRUÇÃO CIVIL	2.314	-96
COMÉRCIO	20.607	-64
SERVIÇOS	171.614	-12
AGRPECUÁRIA	104.520	-23

Fonte: CAGED/MTE.

GRÁFICO 5: NÚMERO DE OCUPAÇÕES DIRETAS FORMAIS EM PLANOS DE SAÚDE, 2006 A 2012.



Fonte: CAGED/MTE.

EMPREGOS DIRETOS EM PLANOS DE SAÚDE

O setor de saúde suplementar gera inúmeros empregos todos os anos. Contudo, não é possível analisar o número agregado do setor, dado a ampla gama de ocupações indiretas geradas e as divergências quanto as categorias que compõem esse setor, em termos de setores CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas). Mesmo assim, o número de empregos diretos gerados pelos planos de saúde podem dar uma ideia da dinâmica do mercado de trabalho do setor.

Os planos e seguros de saúde* (Cnae 2.1 – 6550-2 e 6520-1, respectivamente) geraram, no 2º tri/14, 7.215 novos postos de trabalho formais e desligaram 5.626 empregados, o que resultou num saldo positivo de vagas formais de 1.589. Esse saldo representa um crescimento de 18,7% em relação ao mesmo período de 2013.

RENDA

O rendimento médio real da população ocupada, medido pela PME, apresentou crescimento de 2,6% em abril** de 2014, em relação ao mesmo mês de 2013, quando o crescimento havia sido de 1,6%. O valor real do rendimento médio em abr/14 foi de R\$ 2.028,00 (Gráfico 6). Na comparação em 12 meses, destaca-se também o crescimento do rendimento real do setor público (2,7%) e do setor privado com carteira assinada (2,1%).

Regionalmente, o rendimento da população ocupada, na comparação entre abr/14 e abr/13 teve alta em todas as regiões metropolitanas analisadas, com média de 2,6%. O maior crescimento ocorreu na região metropolitana de Salvador (4,5%) e a menor na de Belo Horizonte (0,4%).

A desaceleração do crescimento da força de trabalho resulta em um mercado de trabalho com baixa ociosidade, impactando, diretamente, a evolução dos rendimentos, que tendem a manter um crescimento positivo.

GRÁFICO 6: RENDIMENTO MÉDIO REAL HABITUALMENTE RECEBIDO POR MÊS, ABRIL/14.



Fonte: Pesquisa Mensal do Emprego/IBGE.

NOTAS DE RODAPÉ:

* CNAE Classe 6550-2/00 – Planos de Saúde: esta classe compreende os planos com cobertura de riscos, parcial ou total, na área de assistência à saúde (médico-hospitalar e odontológica) comercializados pelas empresas de Medicina de Grupo, Cooperativas Médicas, Sistemas de Autogestão e Empresas de Administração.

** Último mês disponível.

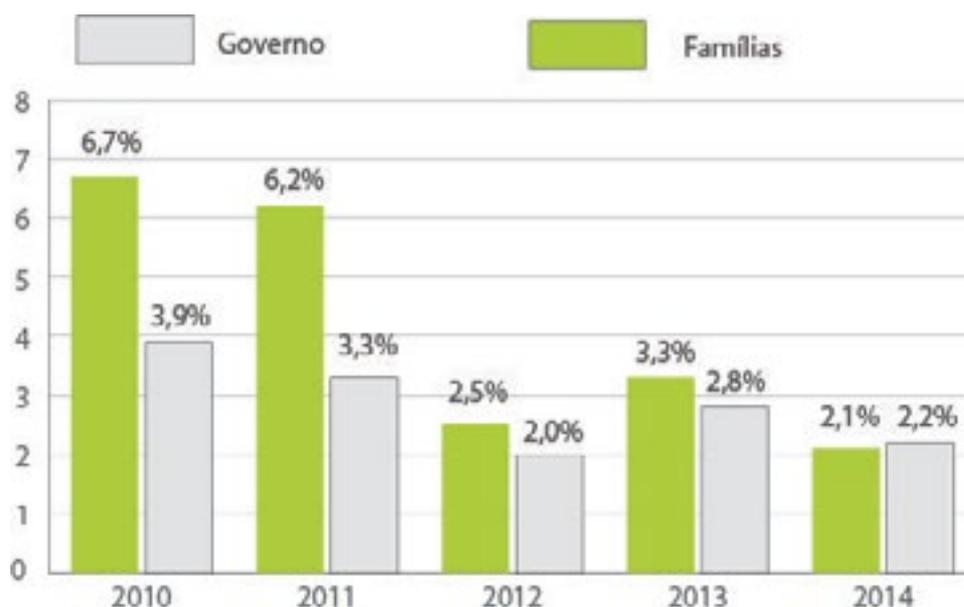
CONSUMO

No 2ºtri/2014, o consumo das famílias e do governo cresceram em menor ritmo na comparação com o 2ºtri/ 2013: 1,2% e 0,9%, respectivamente, no 2ºtri/2014 contra 2,2% e 3,4%, respectivamente, no 2ºtri/2013. Esse resultado para o consumo das famílias é o pior desde o 1º trimestre de 2004.

No acumulado de 2014, o consumo das famílias cresceu 2,1% (Gráfico 7), já o consumo do governo cresceu 2,2% no acumulado do ano. Nesse tipo de comparação, o desempenho das despesas de consumo das famílias e do governo também foram inferiores ao 1º semestre de 2013.

Como proporção do PIB o consumo das famílias atingiu 62,9% do PIB, resultado superior ao do 2ºtri/13 (61,1%).

GRÁFICO 7: CRESCIMENTO ACUMULADO DA DESPESA DE CONSUMO DAS FAMÍLIAS E DO GOVERNO, 2013.



Fonte: contas Nacionais Trimestrais/ IBGE.

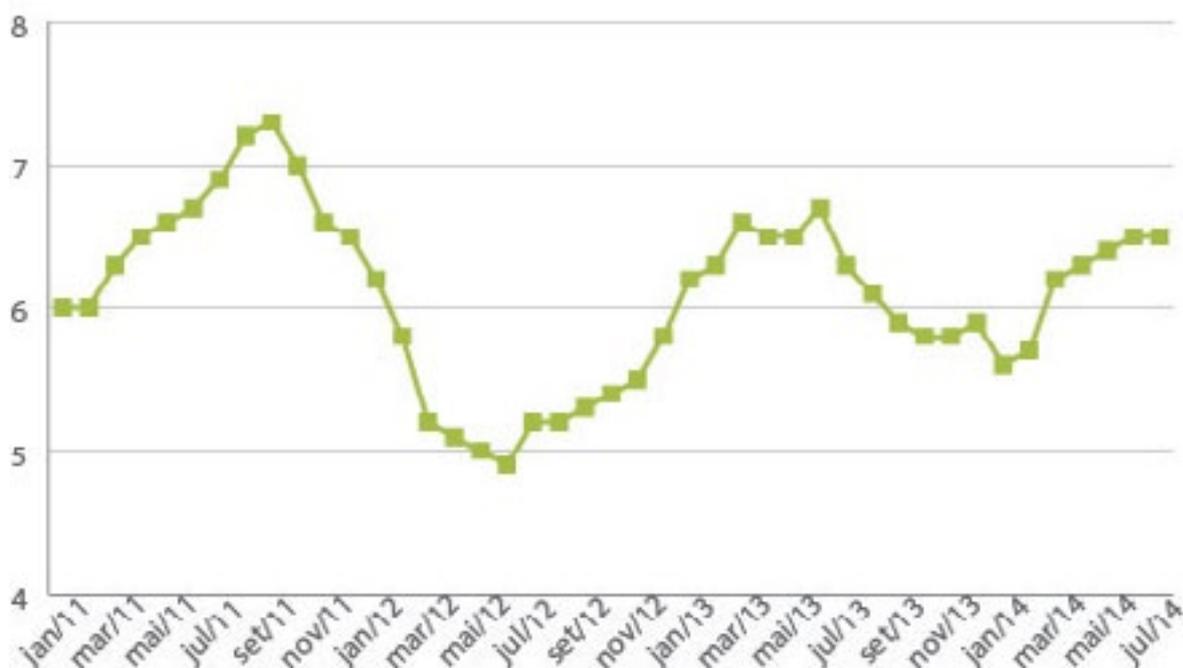
INFLAÇÃO

O IPCA, que mede a inflação oficial do Brasil, teve variação acumulada em junho de 2014 de 6,5%, patamar acima dos 6,7% de junho de 2013 (Gráfico 8). Durante todo o primeiro semestre de 2014 a tendência da inflação foi de alta. A maior influência para o aumento dos preços nesse semestre veio do componente “Despesas Pessoais”, que segundo o IBGE teve impacto das diárias de hotéis durante o período de

Copa do Mundo.

O índice de difusão do IPCA apresentou tendência de queda entre Jan/14 e Jun/14, passando de 71,6 para 61,4%, indicando diminuição do número de itens que compõem o IPCA que sofreram aumento de preço. Ou seja, a inflação ficou mais concentrada. Essa mesma tendência foi observada em 2013, quando o índice de difusão passou de 75,1% em janeiro para 55,3% em junho.

GRÁFICO 8: IEVOLUÇÃO DA VARIAÇÃO DO IPCA EM 12 MESES



Fonte: IBGE

CÂMBIO

No segundo semestre de 2013 o real apresentou tendência de valorização frente ao dólar e a taxa de câmbio, que iniciou 2014 em R\$ 2,37, encerrou junho em R\$ 2,20. O câmbio deve ser avaliado com cuidado pois constitui uma fonte de inflação, por causar aumento dos preços dos produtos importados.

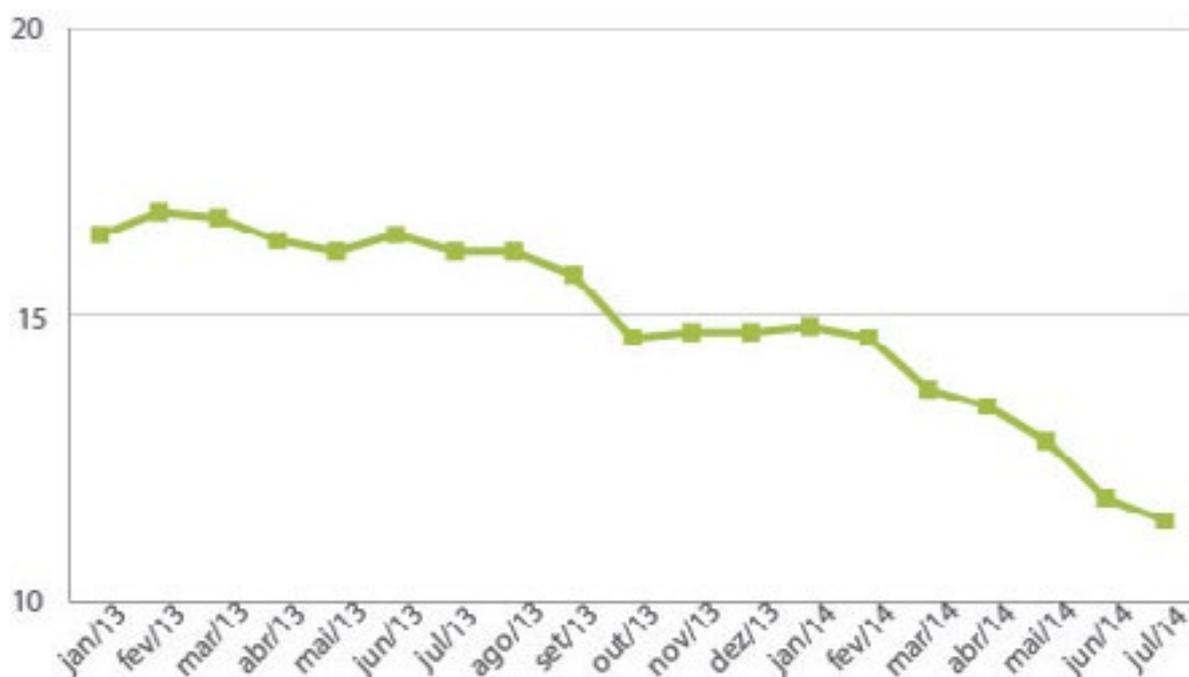
MERCADO DE JUROS E CRÉDITO

O Copom decidiu, em sua quinta reunião de 2014, manter a taxa Selic em 11,0% ao ano. Nessa reunião, o Copom avaliou que as atuais pressões inflacionárias presentes na economia – a exemplo de ganhos salariais incompatíveis com ganhos de produtividade – tendem a arrefecer ou, até mesmo, a se esgotarem no curto prazo. Ainda assim, o Comitê antecipa um cenário que contempla inflação resistente nos próximos trimestres, justificando a manutenção da taxa.

O total de crédito do sistema financeiro, considerando as operações com recursos livres e direcionados, alcançou R\$2,8 trilhões em jun/14, acumulando expansão de 11,8% em 12 meses, comparativamente a 16,4% em jun/13 (Gráfico 9). A relação crédito/PIB atingiu 56,3% em jun/14, ante 55,0% em jun/13.

A taxa de juros média para empréstimos às famílias atingiu 43,0% em junho, após elevação de 3,1 p.p. no ano. Para empréstimos às empresas, a taxa de juros média caiu 0,2 p.p. no mesmo período, situando-se em 22,6%.

GRÁFICO 9: VARIAÇÃO EM 12 MESES DO TOTAL DE CRÉDITO DISPONIBILIZADO PARA O SETOR PÚBLICO E O SETOR PRIVADO, JAN/13 A JUL/14.



Fonte: Banco Central.

Síntese do cenário macroeconômico

Variável	Variação em 12 meses		
PIB	-0,9%		
Variável	2ºTri/13	2ºTri/14	Δ% no período
Consumo da Administração Pública (R\$ milhões)	259.030	271.808	4,9%
Consumo das famílias (R\$ milhões correntes)	744.353	799.424	7,4%
Emprego e Renda - PME (Regiões Metropolitanas)	Abr/13	Abr/14	Δ% no período
População Ocupada (Em mil pessoas)	22.906	22.941	0,2
Empregados com carteira assinada (Em mil pessoas)	12.461	12.683	1,8
Empregados no setor público (Em mil pessoas)	1.798	1.857	3,3
Renda média real mensal (R\$)			
População Ocupada	1.977,24	2.028,00	2,6
Setor privado com carteira assinada	1.805,99	1.844,50	2,1
Setor público	3.043,89	3.127,00	2,7
Inflação	Jul/12	Jul/13	Jul/14
IPCA (%) - Variação em 12 meses	5,2	6,3	6,5
IGP-M (%) - Variação em 12 meses	6,7	5,2	5,3
Juros e Câmbio	Jul/13	Jul/14	Δ% no período
Taxa de Juros Selic (%) - Último dia do mês	8,50	11,00	2,5 p. p.
Câmbio (R\$/US\$) - Último dia do mês	2,29	2,27	-1%

SAÚDE SUPLEMENTAR EM NÚMEROS

Os últimos dados disponíveis para o setor de saúde suplementar foram os divulgados em março de 2014 (com data-base dezembro de 2013), já analisados na 2ª Edição da Saúde Suplementar em Números, em: www.iess.org.br

EQUIPE

Luiz Augusto Carneiro
Superintendente Executivo
Amanda Reis A. Silva
Pesquisadora
Natalia Lara
Pesquisadora
Elene Nardi
Pesquisadora

Bruno Minami
Estagiário

BIBLIOGRAFIA

- IBGE:
Banco de Dados Agregados—Sidra
Contas Nacionais Trimestrais/ 2º Trimestre-2014
Pesquisa Mensal do Emprego—PME
- Banco Central do Brasil:
Sistema Gerenciador de Séries Temporais—SGS
Boletim Focus
- Ministério do Trabalho e Emprego — MTE:
Cadastro Geral de Empregados e Desempregados—Caged
Relação Anual de Informações Anuais — RAIS

IESS

**INSTITUTO DE ESTUDOS
DE SAÚDE SUPLEMENTAR**

IESS
Rua Joaquim Floriano 1052, conj. 42
CEP 04534 004, Itaim, São Paulo, SP
Tel (11) 3706.9747
contato@iess.org.br